



PROCESSO Nº 022/2023
DISPENSA Nº 010/2023
COM BASE NO ART. 75, INCISO II, da Lei nº 14.133/21 e
Decreto Municipal nº 08/22

O **MUNICÍPIO DE PAINEL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.608.820/0001-23, com sede e foro à Rua Basílio Pessoa, nº 36, Centro, na Cidade de Painel, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Antônio Marcos Cavaleiro Flores, e por intermédio do Setor de Licitação, torna público que, realizará a Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 08/22, e as exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

- **DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** 27/06/2023, até às 17h, via email ou mediante Protocolo no Setor de Licitação.
- **ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** licitacao@painel.sc.gov.br
- **LINK DO EDITAL:** <https://www.painel.sc.gov.br>

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, PARA ELABORAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, COM A FINALIDADE DE CONTINUIDADE DA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA CAETANO VIEIRA DA COSTA.**

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1 ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- 1.2.2 ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.2.3 ANEXO III - GERENCIAMENTO DE RISCOS;
- 1.2.4 ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;
- 1.2.5. ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA;



1.2.6 ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto serão próprios do Município de Paineel/SC, para o ano/Exercício de 2023.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no Orçamento do Município de Paineel/SC, para o ano de 2023, sendo:

- Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: Órgão 07;
- Departamento de Meio Ambiente: Unidade 02;
- Atividade: 2024;
- Elemento de Despesa: 3.3.90.35.01.00.00.00.00;
- Dotação Orçamentária: 134

4. DO VALOR ESTIMADO

O valor global estimado para contratação será de R\$ 17.800,00 (Dezessete mil e oitocentos reais).

5. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

5.1. Os documentos deverão ser encaminhados ao email: licitacao@paineel.sc.gov.br ou mediante Protocolo no Setor de Licitação, preferencialmente fazendo referência à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2023.

5.1.1. Limite para apresentação da Proposta de preço: 27/06/2023, até às 17h.

5.1.2. O Fornecedor Interessado, após a divulgação do aviso de Contratação Direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por Protocolo no Setor de Licitações, a Proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar Declarações com as seguintes informações:

I. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública (ANEXO VI);



II. o enquadramento na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Compl. nº 123/06, quando couber (ANEXO VI);

III. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do Procedimento (ANEXO VI);

IV. o cumprimento das exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência e para Reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 116, da Lei nº 14.133/21, se couber (ANEXO VI);

V. o cumprimento do disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da CF/88 (ANEXO VI).

5.1.2.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo incluso no ANEXO V, deste Edital.

5.1.2.2. As Propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste edital serão desconsideradas, julgando-se pela desclassificação.

5.1.2.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela Administração Pública.

5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de Eleição de seus Administradores; ou Registro Empresarial, no caso de Empresa Individual.

5.2.2. Cédula de Identidade de todos os Sócios Proprietários.

5.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1. Certificado de regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade de situação.

5.3.2. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio da Empresa Licitante.

5.3.3. Certidão conjunta de regularidade da Receita Federal, Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS.

5.4. CND TRABALHISTA.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução do serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei nº 14.133/21.



6.2. Para realização dos pagamentos, o Licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante Processo de Habilitação.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Poderá o Município revogar o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência Administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

7.2. O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

7.3. A anulação do procedimento não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no p.ú., do art. 71, da Lei nº 14.133/21.

7.4. Após a Fase de Classificação das Propostas não cabe desistência desta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Paineel/SC, 22 de junho de 2023.

Antônio Marcos Cavalheiro Flores
Prefeito



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

MODELO DESENVOLVIDO COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/17 E RISCOS E CONTROLE NAS AQUISIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

Base Legal: Portaria TRT 14- art. 15, §1º, incisos I, III, V, VI, VIII

Solução da necessidade/Descrição sucinta do objeto

Este estudo técnico preliminar tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, PARA ELABORAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, COM A FINALIDADE DE CONTINUIDADE DA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA CAETANO VIEIRA DA COSTA, de acordo com a Planilha Orçamentária e demais anexos que acompanham este documento:

<i>CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA CONTINUIDADE DA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA CAETANO VIEIRA DA COSTA</i>				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	CONSULTORIA AMBIENTAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	UN	1	17.800,00
				VALOR TOTAL (R\$): 17.800,00

I. Justificativa da necessidade e da contratação

Considerando a redação da Lei nº 14.133/21, em que o inc. II, do art. 75, dispõe sobre a Modalidade de contratação via Dispensa de Licitação:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

Ainda assim, vale destacar que se optou por adotar esta modalidade de Licitação, uma vez que este tipo de contratação envolve valores inferiores à R\$ 50.000 (Cinquenta mil reais), estando respaldas na Legislação.



A contratação se faz necessária para que haja continuidade da obra de ampliação da Avenida Caetano Vieira da Costa, evitando-se, deste modo, a perda de Recursos Estaduais destinados ao Município de Paineel/SC.

Registre-se, ainda, que a não contratação de Empresa para tal objeto, prejudicará as defesas, manifestações e informações que precisarão ser apresentadas ao órgão competente, bem como acarretará a perda de prazos.

Logo, a Proposta a ser escolhida deve encontrar-se em acordo com o valor de mercado.

II. Estimativa das quantidades, acompanhadas das Memórias de Cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

A solução pretendida é definida como serviço comum, ou seja, houve/haverá cotação dos valores com bases em preços referenciais, não necessitando de memórias de cálculos ou aquisições pretéritas a fim de definir a quantidade média de consumo.

III. Estimativas de preços ou preços referenciais

O preço estimativo foi cotado conforme Item supracitado.

IV. Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto

O não parcelamento da contratação em itens de serviço, se justifica:

I. pela economia processual e financeira, por dispensar a constituição de várias equipes de trabalho para contratação e execução e os custos de suas Publicações no D.O.M.;

II. pela eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, visto que o gerenciamento dos serviços permanece todo o tempo a cargo de um mesmo Gestor.

V. Declaração da viabilidade ou não da contratação

Assim, conclui-se que a contratação é viável e necessária, e encontra-se dentro da previsão de despesas da Unidade Solicitante, sendo considerada a melhor solução.

Mapa de Riscos

Faz parte de item específico deste Estudo.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Constitui o objeto do presente termo de referência a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, PARA ELABORAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, COM A FINALIDADE DE CONTINUIDADE DA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA CAETANO VIEIRA DA COSTA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

2.1. A especificação do objeto encontra-se estabelecida na Planilha do ANEXO I.

2.2. Será ao total 01 (um) Item para a realização da Consultoria e obtenção do Licenciamento Ambiental.

2.3. O valor global estimado para contratação será de R\$ 17.800,00 (Dezessete mil e oitocentos reais).

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O Município de Painel/SC, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, realizará a contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Consultoria para elaboração e obtenção de Licenciamento Ambiental para a continuidade da ampliação da Avenida Caetano Vieira da Costa.

3.2. A Proposta a ser analisada deve encontrar-se em acordo com o valor de mercado.

3.3. Ainda assim, vale destacar que se optou por adotar a modalidade de Contratação via Dispensa de Licitação, uma vez que este tipo de Contratação envolve valores inferiores à R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), estando respaldas na Legislação. Logo, o inc. II, do art. 75, da Lei nº 14.133/21 prevê que:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.



4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução do serviço.

4.2. A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto Contratado, de acordo com o art. 121, p.ú., da Lei nº. 14.133/21.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato vigorará por 120 (cento e vinte) dias.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a Fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

b) notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção;

c) proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições Contratuais;

d) prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

e) rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com as obrigações assumidas pela pessoa jurídica na sua Proposta;

f) colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

g) não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;

h) responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

i) efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;

j) aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do Contrato ou ações previstas neste Termo;

k) fazer deduzir diretamente da fonte, multas e demais penalidades previstas neste instrumento;



l) atuar com Poder de Império suspendendo a execução do Contrato sem ônus para a Administração Pública a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

m) rejeitar o serviço em desconformidade com o presente Instrumento.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de Empregados treinados, sem Antecedentes Criminais por Improbidade ou Prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços, em conformidade com o objeto;

b) prestar esclarecimento ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos;

c) acatar as orientações do (a) Fiscal do Contrato ou seu (ua) Representante Legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita Fiscalização por parte do CONTRATANTE;

d) zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes;

e) dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto (cumprindo os prazos previstos neste Instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas, obedecidas às disposições da Legislação Trabalhista vigente);

f) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas neste Processo, podendo a qualquer tempo o Gestor do Contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no Edital;

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, sob pena de Rescisão Contratual, sem prejuízo das demais sanções;

h) realizar a prestação serviço em conformidade e no prazo estabelecido neste Instrumento;

i) a CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não



excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão Interessado.

8. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A Fiscalização do presente Contrato será exercida por um(a) Representante da Administração Pública (Departamento de Meio Ambiente), ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato e de tudo dará ciência à Administração Pública.

8.2. Durante todo o período de vigência deste Contrato, a CONTRATADA deverá manter Preposto aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la Administrativamente sempre que for necessário.

8.3. A comunicação entre a Fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações.

8.4. O Relatório de Entrega do Serviço será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos.

8.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

9. DAS SANÇÕES

9.1. Nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/21, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração Pública, o funcionamento dos Serviços Públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do Contrato;
- d) não manter a Proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a Contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Dispensa de Licitação sem motivo justificado;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa de Licitação;



h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/13.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações Administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, da Lei nº 14.133/21:

a) o valor da multa aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou 0,0333% por dia de atraso;

b) as sanções previstas nestes Instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

Painei/SC, 22 de junho de 2023.

Antônio Marcos Cavalheiro Flores
Prefeito



ANEXO III

GERENCIAMENTO DE RISCOS – MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(X) Gestão do Contrato

RISCO 01		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	(X) Baixa () Média () Alta	
Id	Dano	
1.		
Id Ação Preventiva	Análise	Responsável: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
1.		
Id Ação de Contingência	Contrato Expresso	Responsável: Filipe Ramos Arruda
1.		

Responsável/ Responsáveis



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

_____, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PAINEL/SC, E A PESSOA JURÍDICA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 – DO CONTRATANTE

1.1.1 – O MUNICÍPIO DE PAINEL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.608.820/0001-23, com sede e foro à Rua Basílio Pessoa, nº 36, Centro, na Cidade de Painei/SC.

1.2 – DA CONTRATADA

1.2.1 – _____

1.3 – DOS FUNDAMENTOS

1.3.1 – A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 022/2023, Dispensa de Licitação nº 010/2023, de acordo com a Lei nº 14.133/21, com destaque para o art. 72 e para o inc. II, do art. 75, do respectivo Diploma Legal e se regerá por suas Cláusulas, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto do presente Contrato a _____, conforme abaixo especificado.

CLÁUSULA III – DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1 – DO PRAZO

3.1.1 – O presente Instrumento vigorará pelo período de 120 (cento e vinte) dias.



3.2 – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.2.1 – O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), já incluídos os Tributos, os Encargos, Seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre o Município.

3.2.2 – O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução do serviço e mediante a apresentação de Nota Fiscal, após Atesto do Setor Competente, nos termos da Lei nº 14.133/21.

3.2.3 - A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto Contratado, de acordo com o art. 121, p. ú., da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a Fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- b) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições Contratuais.
- d) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto.
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com as obrigações assumidas pela Pessoa Jurídica na sua Proposta.
- f) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto.
- g) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- h) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
- i) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.
- j) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do Contrato ou ações previstas neste Termo.
- k) Fazer deduzir diretamente da fonte, multas e demais penalidades previstas neste Instrumento.



- l) Atuar com Poder de Império, suspendendo a execução do Contrato sem ônus para a Administração Pública a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos.
- m) Rejeitar o serviço em desconformidade com o presente Instrumento.

CLÁUSULA V- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de Empregados treinados, sem Antecedentes Criminais por Improbidade ou Prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços, em conformidade com o objeto.
- b) Prestar esclarecimento ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- c) Acatar as orientações do(a) Fiscal do Contrato ou seu(ua) Representante Legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE.
- d) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- e) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto (cumprindo os prazos previstos neste Instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas, obedecidas às disposições da Legislação Trabalhista vigente).
- f) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação.
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- h) Realizar a prestação serviço em conformidade e no prazo estabelecido neste Instrumento.
- i) A CONTRATADA tem a obrigação de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação, podendo a qualquer tempo o Gestor do Contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no Edital.
- j) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado.



CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no Orçamento do Município de Painel/SC, para o ano de 2023, sendo:

- Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente: Órgão 07;
- Departamento de Meio Ambiente: Unidade 02;
- Atividade: 2024;
- Elemento de Despesa: 3.3.90.35.01.00.00.00;
- Dotação Orçamentária: 134

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1- A Fiscalização do presente Contrato será exercida por um(a) Representante da Administração Pública (Departamento de Meio Ambiente), ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato e de tudo dará ciência à Administração Pública.

7.2- Durante todo o período de vigência deste Contrato, a CONTRATADA deverá manter Preposto aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la Administrativamente sempre que for necessário.

7.3- A comunicação entre a Fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de Correspondência Oficial e anotações;

7.4- O Relatório de Entrega dos Serviços será destinado ao Registro de Fatos e Comunicações pertinentes aos mesmos;

7.5- Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES

8.1- Nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/21, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração Pública, o funcionamento dos Serviços Públicos ou ao Interesse Coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do Contrato;



- d) não manter a Proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a Contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Dispensa de Licitação sem motivo justificado;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Dispensa de Licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/13.

8.2- Serão aplicadas ao Responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, da Lei nº 14.133/21:

- a) o valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso;
- b) as sanções previstas nestes Instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO

9.1 - São motivos de Rescisão do Contrato, independente de Procedimento Judicial, aqueles inscritos no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – O presente Contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no Sítio Eletrônico Oficial da Prefeitura e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA XI – DO FORO

11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Lages/SC, para dirimirem eventuais dúvidas oriundas deste Instrumento.

E, por estarem justos e Contratados, os Representantes das partes assinam o presente Instrumento, na presença das Testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Paineel/SC, ____ de _____ de _____.

Contratante

Contratada



SETOR DE LICITAÇÕES

FONE: (49) 3235-0034
Rua. Basílio Pessoa - 36
Centro - Painei - SC
CEP 88543-000

PORTARIA Nº 001- DL Nº 010/2023

“NOMEIA FISCAL DE CONTRATO”

ANTÔNIO MARCOS CAVALHEIRO FLORES, Prefeito do Município de Painei, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º- Fica nomeado(a) Fiscal do Contrato, o(a) **Sr.(a.) Filipe Ramos Arruda**.

Painei/SC, 22 de junho de 2023.

ANTÔNIO MARCOS CAVALHEIRO FLORES
Prefeito



ANEXO V

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL,
COM BASE NO ART. 75, INC. II, da LEI Nº 14.133/21**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

EMAIL:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, PARA ELABORAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, COM A FINALIDADE DE CONTINUIDADE DA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA CAETANO VIEIRA DA COSTA.

<i>CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA CONTINUIDADE DA AMPLIAÇÃO DA AVENIDA CAETANO VIEIRA DA COSTA</i>				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	CONSULTORIA AMBIENTAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL	UN	1	
				VALOR TOTAL (R\$):

Valor total: R\$ _____ (_____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior à 60 (sessenta) dias.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Pessoa Jurídica Contratada.

Apresentamos nossa Proposta, conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável
CPF:



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ nº

_____ sediada _____

_____, por meio de seu Representante Legal Sr.(a.)

_____, CPF nº _____,

para fins de participação na Dispensa de Licitação 010/2023, a pessoa jurídica até a presente data:

- DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua Habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- DECLARA, para os devidos fins de direito, que tem pleno conhecimento e aceita todas as regras e condições gerais da presente Contratação, referente à Dispensa de Licitação nº 010/2023, sendo verídicas e fiéis todas as informações e documentos apresentados.
- DECLARA, para os devidos fins que atende o disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da CF/88, bem como o art. 62, da Lei nº 14.133/21, não empregando menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e tão pouco empregando menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de Aprendiz.
- DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e atesta a aptidão para usufruir do Tratamento Favorecido, estabelecido nos arts. 42 à 49, da Lei Compl. nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da referida Lei.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os Benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará Crime de que trata o art. 299, do CP, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras Penais e das penalidades previstas neste Edital.



SETOR DE LICITAÇÕES

☎ FONE: (49) 3235-0034
📍 Rua. Basílio Pessoa - 36
Centro - Paineel - SC
CEP 88543-000

- DECLARA, para os devidos fins, que o serviço será prestado por Pessoa Jurídica que comprova cumprimento de reserva de cargos, prevista em Lei, para Pessoa com Deficiência ou para Reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na Legislação, conforme Benefício previsto no art. 116, da Lei nº 14.133/21.

_____, ____ de _____ de 2023.

Representante Legal